



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862



Ano CLI Nº 216

Brasília - DF, sexta-feira, 7 de novembro de 2014

Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Judiciário	1
Presidência da República	1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	4
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	6
Ministério da Cultura	7
Ministério da Defesa	10
Ministério da Educação	11
Ministério da Fazenda	17
Ministério da Integração Nacional	31
Ministério da Justiça	31
Ministério da Previdência Social	36
Ministério da Saúde	36
Ministério das Cidades	39
Ministério das Comunicações	39
Ministério de Minas e Energia	44
Ministério do Desenvolvimento Agrário	52
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ...	53
Ministério do Esporte	54
Ministério do Meio Ambiente	54
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	55
Ministério do Trabalho e Emprego	55
Ministério dos Transportes	62
Conselho Nacional do Ministério Público	65
Ministério Público da União	65
Tribunal de Contas da União	71
Poder Judiciário	86
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .	129

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PLENÁRIO

DECISÕES

**Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade**
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.350

ORIGEM : ADI - 4350 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE,
HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS E SER-
VÍCIOS - CNS
ADV.(A/S) : ALEXANDRE VENZON ZANETTI
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 160 a 250	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 254 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50
- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0107		

INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE. : SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S/A
ADV.(A/S) : RAFAEL BARROSO FONTELLES E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por maioria, vencido o Ministro Marco Aurélio, julgou improcedente a ação direta, nos termos do voto do Relator. Impedido o Ministro Roberto Barroso. Falou pelo *amicus curiae* Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A a Dra. Ana Paula de Barcellos, OAB/RJ 95436. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 23.10.2014.

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.627 (2)
ORIGEM : ADI - 4627 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL
ADV.(A/S) : ROGERIO PAZ LIMA
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE. : SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT
ADV.(A/S) : RAFAEL BARROSO FONTELLES E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO DIREITO DO
CONSUMIDOR E CONTRIBUINTE
ADV.(A/S) : DANIELLE FREITAS PAULINO

Decisão: O Tribunal, por maioria, vencido o Ministro Marco Aurélio, julgou improcedente a ação direta, nos termos do voto do Relator. Impedido o Ministro Roberto Barroso. Falou pelo *amicus curiae* Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A a Dra. Ana Paula de Barcellos, OAB/RJ 95436. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 23.10.2014.

SECRETARIA JUDICIÁRIA
JOÃO BOSCO MARCIAL DE CASTRO
Secretário

Presidência da República

CASA CIVIL INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE Em 6 de novembro de 2014

Entidade: AR ACD
CNPJ: 14.259.348/0001-02
Processo Nº: 00100.000287/2014-53
Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 34/37), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro ACD, operacionalmente vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.7, de 06 de junho de 2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

Entidade: AR DNA
CNPJ: 07.875.533/0001-66
Processo Nº: 00100.000290/2014-77
Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 33/36), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro DNA, operacionalmente vinculada à AC VALID BRASIL, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.7, de 06 de junho de 2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 34, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da

Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 3º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e.

Considerando que a Secretaria-Geral responde como órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal que operacionaliza e coordena as atividades de gestão de pessoas dos órgãos da Presidência da República;

Considerando a necessidade de estabelecer em nível estratégico orientações e diretrizes pactuadas entre os órgãos da Presidência da República;

Considerando o resultado estratégico estabelecido no Plano de Ação da Secretaria-Geral para 2014, referente à constituição de instância colegiada de coordenação da gestão de pessoas na Presidência da República; e

Considerando a recomendação do Tribunal de Contas da União constante do subitem 9.1.1.3 do Acórdão nº 3023/2013-TCU-Plenário, no sentido que seja estabelecido comitê estratégico de gestão de pessoas, resolve

Art. 1º Fica instituído o Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas da Presidência da República - CEGP/PR com a finalidade de propor e assegurar a implementação da política de gestão de pessoas nos órgãos que compõem a Presidência da República.

Art. 2º Compete ao CEGP/PR:

I - propor políticas e diretrizes de gestão de pessoas para apreciação do Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República;

II - elaborar o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas, contendo as metas e investimentos de nível estratégico para cada biênio em consonância com as políticas e diretrizes aprovadas pela Secretaria-Geral da Presidência da República e alinhado ao planejamento estratégico dos órgãos da Presidência da República;

III - acompanhar as deliberações sobre as políticas de gestão de pessoas;

IV - avaliar a gestão de pessoas, buscando a efetividade de seus resultados para o desempenho organizacional;

V-apoiar estudos, pesquisas e difusão das melhores práticas e tendências em gestão de pessoas;

VI - atuar como instância consultiva dos órgãos da PR em assuntos estratégicos de gestão de pessoas;

VII - promover a integração da gestão de pessoas com os outros processos de gestão da PR;

VIII - apresentar relatório semestral de sua atuação ao Comitê de Coordenação e Planejamento da Secretaria-Geral da Presidência da República; e

IX - elaborar e aprovar seu Regimento Interno, de forma a definir os procedimentos para o seu funcionamento.

Art. 3º O CEGP/PR será composto por um representante, titular e suplente, dos órgãos da Presidência da República, a seguir indicados:

I - Secretaria-Geral;

II - Casa Civil;

III - Gabinete Pessoal;

IV - Gabinete de Segurança Institucional;

V - Secretaria de Comunicação Social;

VI - Secretaria de Assuntos Estratégicos;

VII - Secretaria de Relações Institucionais;

VIII - Secretaria de Políticas para as Mulheres; e

IX - Secretaria de Administração da Secretaria-Geral, por intermédio da Diretoria de Gestão de Pessoas, que o coordenará, na qualidade de representante da Presidência da República no Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC.